



Intolerância política e imprensa alternativa: Versus e a cultura como forma de resistência¹

Xenya de Aguiar Bucchioni²

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Resumo

Durante a ditadura militar brasileira nasceram e morreram diversos jornais alternativos, mas a década de 70 é, sem dúvida, o período de maior florescimento deste jornalismo irreverente, despojado e contestador. Nesse contexto, surge, em 1975, o periódico Versus, com a proposta de ser um jornal de aventuras, idéias, reportagens e cultura, assumindo esta última um caráter de resistência. A identidade cultural seria, segundo Versus, uma pré-condição para a libertação dos povos latinos, cuja exploração e subserviência é milenar. Com o objetivo de resgatar a memória desse jornal e sua importância para o período, a pesquisa se propõe a estudar na relação jornalismo e literatura, a cultura como forma de resistência à intolerância política.

Palavras-chave

Intolerância política; imprensa alternativa; Versus; ditadura militar; resistência.

Corpo do trabalho

A década de 70 marca o recrudescimento do Regime Militar brasileiro (1964-1984). Sob a égide do Ato Institucional no 5, instituído em meados de dezembro de 68, que, sem prazo para ser extinto retira todas as garantias constitucionais e individuais dos cidadãos, o governo aproveita-se da situação de exceção para eliminar seus opositores, fechar o Congresso por tempo indeterminado, demitir ou aposentar qualquer funcionário público civil ou militar e estender censura prévia aos meios de comunicação.

A Era Médici, mais conhecida como os Anos de Chumbo, é lembrada até hoje como um dos períodos mais sangrentos e dramáticos da ditadura brasileira, em que a tortura e o assassinato tornaram-se fatos corriqueiros. Porém, obras faraônicas como a rodovia Transamazônica e a ponte Rio-Niterói, contribuíam para a imagem de um Brasil rumo ao crescimento econômico e ao progresso, amplamente difundidos pelas propagandas oficiais e pela imprensa amordaçada pelo governo. Em “A década de 70:

¹ Trabalho apresentado ao Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Xenya de Aguiar Bucchioni – Graduanda do 5º termo de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Bauru. Bolsista FAPESP com o projeto acima, orientado pelo Prof. Dr. Clodoaldo Meneguello Cardoso.

Apogeu e crise da ditadura militar brasileira”, Habert (1996), retrata as contradições do período e discorre sobre a importância de órgãos como a Embratel, a Telebrás e o Ministério das Comunicações, aliados ao investimento maciço na televisão para a criação do “Milagre Econômico Brasileiro”. Este, segundo a autora, mascarava o aumento da concentração de renda e das desigualdades sociais, os altos índices de mortalidade infantil, analfabetismo e desnutrição, criando no país uma atmosfera fictícia, em que o crescimento, na verdade, prosperava tendo como sustentáculo a exploração da classe trabalhadora através de baixos salários, duras condições de trabalho, uso da repressão política e uso de capital externo, sobretudo norte-americano. Porém, as próprias palavras do presidente Médice mascaravam esta realidade:

Sinto-me feliz todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta das greves, agitações, atentados, conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranqüilizante, após um dia de trabalho. (HABERT, 1996, p. 27).

Através da censura e da coerção, semeou-se no Brasil um clima de tensão. Peças teatrais, filmes, livros e músicas foram amplamente proibidos ou “mutilados” sob acusação de conteúdo subversivo. Tal fato provocou o exílio e até mesmo a prisão de atores, escritores, jornalistas e artistas. O historiador Thomas Skidmore, em “Brasil: de Castelo a Tancredo”, faz uma análise da conjuntura da época e relata, entre outras coisas, o entusiasmo e o apoio de jornais importantes como o Jornal do Brasil, Correio da Manhã, O Globo, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo para com o novo governo.

O autor ainda aponta a ingenuidade da grande imprensa, que não imaginava sofrer as intensas censuras e repressões impostas pelo governo no decorrer da ditadura militar brasileira. Ao ilustrar o caso de Carlos Castello Branco, o mais conhecido colunista político do Brasil, que foi preso, juntamente com o diretor do seu jornal e a prisão, posteriormente, de Alberto Dines, editor do mesmo jornal, o Jornal do Brasil, Skidmore (1988) nos dá a dimensão do cerco à grande imprensa, sobretudo após o AI-5 (Ato Institucional nº5).

Em 1969 a censura foi regularizada, sendo predominantemente proibido qualquer tipo de crítica aos atos institucionais, às autoridades governamentais ou às forças armadas. A limitação da liberdade à grande imprensa pôde ser facilmente identificada nos jornais O Estado de São Paulo e Folha da Tarde, em que as matérias censuradas foram substituídas, respectivamente, por trechos de “Os Lusíadas”, de

Camões e por receitas culinárias. Isso porque O Estado de São Paulo em desobediência à censura publicou uma reportagem sobre divergências entre o Ministro da Agricultura Cirne Lima e Delfim Neto, fato que teria levado ambos os jornais à censura prévia. Como se não bastasse, a grande imprensa sofreu com a perda de grandes jornalistas e intelectuais, caso de Millôr Fernandes, em Correio da Manhã, quando de sua demissão voluntária após ter seu artigo vetado pelo editor. Embora fosse um jornal menos conformista Correio da Manhã teve sua proprietária, Niomar Muniz Sodré, presa pelos órgãos de repressão. Por outro lado, alguns jornais, como O Globo, se beneficiaram com o regime e puderam expandir sua empresa, conquanto seguissem a cartilha dos militares.

Para a historiadora e pesquisadora Maria Helena R. Capelato, na coleção “Repensando a História”, “ O periódico, antes considerado fonte suspeita e de pouca importância, já é reconhecido como material de pesquisa valioso para o estudo de ma época” (CAPELATO, 1988, p. 13). De acordo com a autora se os jornais não trazem à luz notícias e as publicam, se não levam a sério as investigações e não fazem comentários, se não examinam os problemas e não os denunciam, então perdem sua essência, seu significado e importância. A perda de espaço público nas redações dos grandes jornais, aliada ao descontentamento de jornalistas, cartunistas e intelectuais abriu espaço para o surgimento de uma imprensa alternativa, irreverente e iniciante, preocupada com as qualificações enumeradas pela autora. Os chamados nanicos, devido ao formato tablóide, tiveram seu início em 1964, com a publicação do efêmero Pif-Paf, de Millôr Fernandes. Desta primeira experiência derivaram muitas outras, constituindo um ciclo de jornais alternativos com características muito peculiares e um sentimento comum: o NÃO à ditadura.

Festa e Silva (1986), organizaram alguns ensaios sobre as diversas formas de comunicação popular a alternativa no período de 1968 a 1982 e suas perspectivas no quadro da comunicação de massas, indústria cultural e das novas políticas sociais. Regina Festa, em seu ensaio intitulado “Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa”, divide o ciclo “alternativo” em três fases, sendo a primeira correspondente ao período de 68 a 78, caracterizada por uma comunicação de resistência e denúncia; já a segunda, vai de 78 a 82, e discute novos projetos políticos para o país, trazendo um debate mais avançado sobre o tema, impulsionado, sobretudo, pela crescente mobilização social, pelo abrandamento das restrições políticas e pelas eleições nacionais; a terceira e última fase, que vai de 82 a 83, decorre da experiência vivenciada

entre os anos de 78 e 82, em que um novo tipo de comunicação, a que a autora denomina comunicação popular, ganha voz no país. Tendo os movimentos sociais como seu ponto de partida, esse tipo de comunicação ganha vida através do movimento operário e sindical. Produzida pelos mais variados sindicatos, a comunicação popular se inicia na região do ABC, impulsionada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema com o sucesso da Tribuna Metalúrgica (1979) e constitui-se numa importante precursora dos jornais partidários.

Levando essa divisão em consideração, o presente projeto irá centrar-se em sua primeira fase (1968-1978), pois é o momento de maior intolerância política e censura, em que a grande imprensa trabalhava de maneira atípica, tendo a imprensa alternativa como sua substituta e um dos poucos meios para se exercer a liberdade de expressão. Vale ressaltar que a Lei de Imprensa, promulgada no dia 9 de fevereiro de 1967, toca exatamente nesta questão, sendo predominantemente proibido fazer propaganda de guerra, de processos para a subversão da ordem política e social e de preconceitos de raça ou classe. A Lei também proíbe publicações clandestinas que atentem contra os bons costumes e a moral, e não são admitidas provas de verdade contra o Presidente da República e outros integrantes do governo. Tais medidas contribuíram decisivamente para o descontentamento dos jornalistas, que embora assustados com as práticas repressivas do governo Médice, já vinham se articulando clandestinamente.

Skidmore (1991, p.335 - 339) discorre sobre a importância das eleições de 1974 na estruturação do governo Geisel e seu direcionamento político, bem como sua repercussão na sociedade. O MDB (Movimento Democrático Brasileiro), único opositor legal do governo, enfrentaria a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) nas eleições parlamentares de novembro de 74, e este seria o teste mais importante pelo qual o governo passaria ao nível federal desde 1964. Fora permitido aos candidatos o acesso relativamente livre à televisão, favorecendo a familiarização para com os eleitores, e as alas da esquerda, antes favoráveis ao voto branco, fizeram campanha para o voto no MDB. Das 22 cadeiras para Senador o MDB conquistou 16, no estado de São Paulo, o desconhecido ex-prefeito de Campinas, Orestes Quércia, derrotou o ex-governador candidato da Arena, Carvalho Pinto. O partido ainda obteve vitórias em estados-chaves nas eleições para as assembleias legislativas estaduais.

O resultado das eleições acuou o governo e significou, sobretudo, o descontentamento do povo com a ditadura vigente no país. Isso o governo Geisel soube perceber com perspicácia, iniciando o projeto de abertura lenta, gradual e segura. Para

Bernardo Kucinski, em “Jornalistas e revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa”, este panorama de relativo abrandamento e de novas perspectivas políticas possibilitou a rearticulação da oposição e abriu caminho para o surgimento de diversas “linhagens” de jornais alternativos. O autor ainda aponta o período de 1974 como o ano de apogeu e maior diversificação temática do ciclo alternativo e faz um levantamento de alguns jornais surgidos na época, tais como Brasil Mulher (1975), Nós Mulheres (1976) e Maria Quitéria (1977), inspirados no novo movimento feminista, já muito popularizado na Europa desde o começo da década de 70, Movimento (1975), em que predomina um forte discurso político e Ecojornal (1979), na defesa das questões ecológicas.

Em paralelo a estas vertentes estão Pasquim (1969), Bondinho (1971) e Versus (1975), que encontraram na cultura, embora de maneiras diferentes, uma forma de ação e resistência à ditadura militar.

O estudo enfocará o jornal Versus, desde sua primeira edição até a décima segunda, correspondente ao período de 1975 a 1977. Isto porque, a partir da décima terceira edição o periódico sofre uma transformação, passando por uma fase de maior politização e perda de sua essência inicial. Buscando caracterizar seu perfil alternativo, que utiliza a cultura como instrumento de resistência política, o estudo destas edições visa compreender as relações entre jornalismo e literatura, na esfera da linguagem.

No plano ideológico o interesse da pesquisa é ampliar minha consciência da responsabilidade social do jornalismo na América Latina, que pode dar voz aos oprimidos e explorados e contribuir para o debate sobre o fortalecimento da identidade cultural como elemento libertador.

A escolha do estudo da imprensa alternativa, mais especificamente do jornal alternativo Versus, surgiu do contato atencioso com esse periódico, cuja proposta de resistência por meio da cultura se sobressai claramente. Daí despertou-se o interesse em entender e demonstrar como é possível utilizá-la como instrumento de contestação, ruptura, oposição política e compreensão da sociedade e do próprio ser. A questão da identidade cultural, freqüentemente abordada pelo jornal, continua a ser um tema contemporâneo de grande relevância na América Latina, quando se impõe a reflexão sobre emancipação, libertação e desenvolvimento.

Em Versus a cultura não é relegada a um suplemento jornalístico, mas sim um caminho para a compreensão da sociedade, da política e da economia.

Um jornal sem vergonha de assumir a reflexão e a cultura, num momento em que na grande imprensa Letras, Artes e Pensamento eram relegados a condição de variedades. Ao mesmo tempo, não sentíamos Versus como uma “revista literária” (Algumas vezes, assim fomos chamados e isto nos aborreceu), nem como uma revista cultural. Talvez porque nosso conceito da literatura e da cultura nos conduzissem a outros caminhos. (Versus nº 6, “Aniversário”, editorial).

Fundado, em outubro de 1975, pelo jornalista gaúcho Marcos Faerman, mais conhecido como Marcão, o jornal bimestral Versus, editado em São Paulo, revolucionou a comunicação alternativa por sua linguagem, fotografia, edição, desenho e capa. Distribuído de mão em mão, inicialmente, é somente a partir de sua sétima edição que Versus consegue, através da editora Abril, uma circulação nacional, atingindo em 1977 a marca de 35 mil exemplares.

Sob o sub-tema de um jornal de aventuras, idéias, reportagens e cultura retrata uma América Latina dominada por regimes autoritários e marcada pela repressão. Para tanto, o jornal agrega importantes colaboradores latinos, como Eduardo Galeano e Eric Nepomuceno, explorando, desta forma, a realidade de outros países, seus mitos, heróis e crenças. A cultura como forma de ação é usada para dar unidade à nossa América Latina, reconhecer a manifestação cultural dos povos e sua força, visando ao fortalecimento de uma América marcada pelos traços do colonialismo. Há muitas formas de luta contra a ditadura, mas um povo que não se conhece, que desde seu nascimento não possui identidade, não é capaz de sublevar-se, e é partindo desse pressuposto que Versus resgata as raízes dos povos latinos. Em Defesa da Palavra (Versus nº 13) Galeano extrai a essência do que Versus entende como jornalismo:

A gente escreve para despistar a morte e destruir os fantasmas que nos afligem por dentro; mas aquilo que a gente escreve só pode ser útil quando coincide de alguma maneira com a necessidade coletiva de conquista da identidade.

“Desde os tempos coloniais, recusamos nosso ser continental. Isto era conveniente para o dominador de plantão”(Versus nº 7, “Aos Leitores”, editorial), “Quem somos nós? Quem é a América Latina? Somos os índios, os negros, os mestiços? Quem, afinal?” (Versus nº 5, p. 7), são algumas questões que o jornal tenta responder e recuperar através da história de nossos povos.

Versus apresentava-se inovador tanto no plano temático, como na efetivação do mesmo, pois abole a estrutura de notícia da grande imprensa, baseada na novidade em detrimento à busca de nossas raízes, fazendo com que a História obtivesse a mesma importância “das novidades”. O passado, muitas vezes, servia de metáfora ao presente,

dialogava com a realidade e ajudava a driblar a censura. Em sua sexta publicação, há uma reportagem de Carlos Fuentes sobre Rubén Jaramillo, presidente, em 1938, do primeiro Conselho de Administração do engenho de Zacatepec, criado pelo general Cárdenas. Jaramillo lutava pela justiça no campo, pelo direito dos camponeses a uma vida digna, com melhores condições de trabalho e sobrevivência, temas ainda não resolvidos no presente, que custaram a vida deste camponês:

Os membros do Conselho de Administração e Vigilância nunca são eleitos por nós. Eles deveriam defender-nos. Mas eles não são dos nossos, são prepostos das autoridades. São impostos pela gente que dirige isto. Agora andam dizendo no governo e no engenho que somos comunistas. Se pedir terras e pedir que deixem de roubar-nos é ser comunista, então talvez sejamos. (Versus nº 6, p. 11, 1976)

Nota-se na matéria que o conceito deturpado de comunismo assim como no Brasil, também era utilizado no México para justificar possíveis ações violentas por parte da classe dominante; outro fator relevante reside em dialogar com o Brasil, através de uma história ocorrida em outro país, além de evitar a censura, contribui para a reflexão acerca da questão agrária na América Latina.

Já em relação à linguagem e ao texto, segundo Luis Egypto, era liberdade total de construção, a única recomendação era que o texto fosse bom. O jornalista aponta ainda para o fato da linguagem de Versus estar baseada New Journalism, isso explica o uso de elementos da pura literatura nas reportagens. Egypto ressalta o zelo, por parte dos editores, pelo pressuposto de que jornalismo não é ficção. Esta discussão sobre jornalismo literário é extremamente atual e o estudo de Versus trará novas contribuições para o assunto. Sobre esse tema, Faerman (Versus nº 6, p. 12) em alusão ao texto de Fuentes, discorre criticamente: “para as mentes colonizadas, todo o jornalismo em que o texto não é relatório burocrático, plasmado na escola do jornalismo americano, é “novo-jornalismo”. E, assim, condena-se à morte pelo esquecimento textos como este.” Livre da maneira convencional de se fazer notícia o jornal rompe com a ditadura do lead, apresentando textos longos e analíticos, indo ao encontro daquilo que Faerman (Versus nº7, p. 38) denominou como método jornalístico – “O jornalismo é um método: trabalha como instrumento de descoberta de uma realidade, com formas próprias, anotações, pesquisas.” Essa concepção defendida e adotada em Versus, liberta o jornalista das garras da objetividade e da neutralidade impostas pelo “texto jornalístico”, disseminados pela imprensa/empresa, que tem por função assegurar a organização da sociedade nos moldes capitalistas. Segundo Faerman é, sobretudo, através da linguagem



da imprensa norte-americana e de sua ideologia, que se estrutura esta “técnica” de se escrever, tendo como tarefa primordial a expansão deste Império, bem como as idéias que o justificam. A intenção não é espetacularizar os fatos, nem sensacionalizar a informação, mas sim conseguir captar a realidade presente e oculta dos mesmos, livre do simples cumprimento da pauta. Numa época de crescente monopólio e homogeneização dos meios de comunicação, a importância desta pesquisa está não só na reconstrução deste período, mas também por trazer novos questionamentos a essa maneira “natural” de se fazer jornalismo presente nos dias atuais.

Referências bibliográficas

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*. São Paulo: Edusc, 1999.

BERTRAND, Claude Jean. **A deontologia das mídias**. São Paulo: EDUSC, 1999.

CAPELATO, Maria Helena R.. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988. (Repensando a História).

CHINEM, Rivaldo. **Imprensa Alternativa: Jornalismo de oposição e inovação**.

Editorial de Versus. “Aos Leitores”. **Versus**, São Paulo, n. 7, dez. 1976, p.2.

Editorial especial de aniversário de Versus. “Aniversário”. **Versus**, São Paulo, n. 6, out. 1976, p.2.

FAERMAN, Marcos. Fuentes e as “Belas Letras”. **Versus**, São Paulo, n. 6, out. 1976, p.12

FAERMAN, Marcos. As palavras aprisionadas. **Versus**, São Paulo, n. 7, dez. 1976, p.38

FESTA, Regina & LINS DA SILVA, Carlos Eduardo (orgs.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas.

FUENTES, Carlos. A morte de Rubén Jaramillo. **Versus**, São Paulo, n. 6, out. 1976, p. 11.

GALEANO, Eduardo. Em defesa da palavra. **Versus**, São Paulo, n. 13, set. 1977, p. 29.

HABERT, Nadine. **A Década de 70: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1996. (Princípios).

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas: O Livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.



SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo (1930- 1964)**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Brasil: De Castelo a Tancredo (1964- 1985)**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

Versus (Jornal). São Paulo, n. 5, ago. 1976, p. 7.